



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

“DE PEQUENINO É QUE SE TORCE O PEPINO”? SEXUALIDADE, GÊNERO E PRÁTICA ESCOLAR NO KIT “ESCOLA SEM HOMOFOBIA”

Letícia Martins Freitas Rocha¹⁴
(UESB)

Marília Flores Seixas de Oliveira¹⁵
(UESB)

RESUMO

No Brasil, no ano de 2011, o Ministério da Educação implementou um material composto por um conjunto de vídeos, cartilha e outros recursos, intitulado “Kit Escola sem Homofobia”, cujo público alvo seriam os alunos das escolas públicas. Este material foi encomendado pelo Ministério da Educação à organização não governamental Ecos com vistas ao combate à discriminação e à violência contra os homossexuais nas escolas públicas brasileiras. No entanto, em virtude de uma série de questionamentos por parte de vários segmentos sociais - sobretudo e notadamente da bancada conservadora do Congresso Nacional Brasileiro -, quanto ao conteúdo e às intenções do material, o referido kit não foi utilizado. A partir dessa celeuma, foi desenvolvida uma análise acerca da situação social que envolve a elaboração, o questionamento e a não-utilização deste material como instrumento de educação anti-homofobia, anti-lesbofobia e anti-misoginia. Ou, dito de outro modo, este artigo discute a construção social de uma educação que respeite as identidades de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Kit escola Sem Homofobia, violência, gênero.

¹⁴

¹⁵ *Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem (PPGLCEL/UESB). e-mail: leledabahia29@hotmail.com

** Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB); Professora Titular do DFCH / UESB; professora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGLCEL/ UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UESB), Coordenadora do Grupo de Pesquisa CASLIDS (UESB). Email: marilia.flores.seixas@gmail.com



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

INTRODUÇÃO

PANORAMA GERAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTT NO BRASIL

A sociedade brasileira tem passado por grandes mudanças culturais e políticas, especialmente no que concerne aos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTT). Tanto é que, desde 2004, políticas públicas foram criadas em favor da referida comunidade, o que demonstra, inclusive, um esforço, por parte do Governo, para alcançar uma democracia plena. Assim, foram criados programas a exemplo do Programa Brasil Sem Homofobia.

Em 2009, outra política pública nessa mesma linha foi instituída, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o objetivo de combater a discriminação e promover a defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTT. Para os interesses deste trabalho, é relevante a diretriz 5.15, que preconiza a “Garantia a estudantes LGBT do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade e gênero” (BRASIL, 2009, p. 15). Nesse sentido, o referido plano prevê que a escola esteja preparada para oferecer uma educação em favor da igualdade.

A educação torna-se, pois, um instrumento de extrema importância para o enfrentamento dos preconceitos diversos, já que é necessária a garantia de que todos participem, de forma igualitária, dos espaços coletivos, como garante a Carta Magna de 1988, os PCN’s e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Assim, o espaço escolar no Brasil tem sido convocado a participar de forma mais incisiva na formação política e social do indivíduo, de modo a cooperar na quebra das reproduções de uma cultura de desigualdades e de opressão. Em 1995, a educação sexual, a partir da implementação dos PCN’s, deixou de ser pensada



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

apenas como um instrumento de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de disciplina do corpo, para ganhar outro sentido na escola. Agora, a Orientação Sexual é conduzida como um Tema Transversal, não sendo mais restrita ao âmbito individual/higiênico, mas com um objetivo de se compreender comportamentos e valores pessoais contextualizados sócio e culturalmente, embora não tenha ainda uma área específica de aplicação (disciplina), devendo ser trabalhada pelas diversas matérias sob responsabilidade de todos os professores.

A construção de uma consciência crítica é também, e principalmente, o papel da escola que pode e deve contribuir no enfrentamento deste que é um grave problema social: a violência e a discriminação contra as lésbicas, os gays, os bissexuais, os travestis, os transexuais e os transgêneros (LGBTT). A escola, então, deve funcionar como um catalisador de uma sociedade pautada no respeito às diversidades. É preciso dizer que os próprios educadores necessitam dessa consciência acerca da sexualidade e identidade de gênero, pois, quando, no espaço escolar, coíbem determinadas ações em favor de outras, podem estar contribuindo para uma formação sexual que alimenta a desigualdade.

A desigualdade construída sobre a diferença sexual fez com que as discussões acerca da diversidade de gênero no mundo contemporâneo emergissem com maior intensidade. Isso porque o modelo hegemônico, de caráter machista/heteronormativo e excludente que moldou essa sociedade passou a ser questionado, já que tal arquétipo não mais atende a uma sociedade transformada social e politicamente. Aquilo que é considerado “o estranho”¹⁶ da sexualidade vira-se, então, contra a cultura dominante e problematiza, contesta e questiona uma postura pautada em preconceito e discriminação.

Pensando em questionamento, a escola é, potencialmente, um espaço de contestação dos valores sociais vigentes, na medida em que ela pode desempenhar um papel de extrema relevância para o desenvolvimento da ação crítica e reflexiva

¹⁶ Tomaz Tadeu da Silva utiliza esse termo ao falar da teoria *queer* em *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

dos indivíduos¹⁷, embora na maioria das vezes, apenas cumpre sua função de aparelho ideológico do Estado, reproduzindo comportamentos e atitudes comprometidos com o status quo.

É nessa atmosfera polêmica e contraditória de embate entre tendências mais humanistas/progressistas e forças conservadoras/obscurantistas que entra a necessidade de um currículo eficiente, norteador da construção de argumentos que deslegitimem a desigualdade e a violência contra aqueles tratados como desiguais. Nesse sentido, afirma Apple (2006, p. 81)

(...) as escolas parecem contribuir para a desigualdade por serem tacitamente organizadas a fim de distribuir diferentemente determinados tipos de conhecimento. (...) De acordo com uma compreensão mais profunda que começamos a desenvolver, as escolas também desempenham grande parte da distribuição dos tipos de elementos normativos e das propensões exigidas para fazer dessa desigualdade algo natural.

Diante do imperativo de uma Educação democrática, no Brasil, nos anos 90 do século passado, foram criados, pelo Ministério da Educação e do Desporto, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, os quais visam à organização do sistema educacional do País, de modo que as diferenças culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas dos indivíduos sejam respeitadas (PCN's 1997). Com esse documento, intencionava-se alcançar a igualdade de direitos entre os cidadãos, que é um dos ideais da educação democrática.

Na tentativa de dar conta de temas sociais relevantes, incorporaram-se ao currículo os chamados Temas Transversais, abrangendo aspectos como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural. Afinal, segundo o próprio documento, "Se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se vêm confrontados no seu dia-a-dia." (PCN's 1997, p. 44-45). É importante frisar que esses temas não estabelecem novos campos; são tão

¹⁷ Ver em PCN's, 1997.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

somente “um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas” (idem, p. 45).

No que tange à orientação sexual, os PCN's trazem uma abordagem bastante abrangente, já que nesse documento

busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (PCN's 2007, p. 287)

A prescrição acerca da Orientação Sexual na escola é clara nos PCN's – apesar de haver algumas ressalvas que não serão discutidas agora –, contudo, essa tentativa do Ministério da Educação em incentivar as discussões sobre gênero nas escolas causou uma forte celeuma no Congresso, quando, no ano de 2011, o MEC intencionou aplicar o Kit Escola Sem Homofobia, para os Ensinos Fundamental e Médio. O material foi encomendado pelo Ministério da Educação à organização não governamental Ecos com vistas ao combate à discriminação e à violência contra os homossexuais nas escolas públicas brasileiras, como afirmou o então Ministro da Educação, cuja fala foi veiculada na internet, no site UOL Educação

A violência contra esse público é muito grande e a educação é um direito de todos os brasileiros, independentemente de cor, crença religiosa ou orientação sexual. Os estabelecimentos públicos têm que estar preparados para receber essas pessoas e apoiá-las no seu desenvolvimento. (Fernando Haddad, 2011).

O kit tem em sua composição *i)* o caderno do educador; *ii)* boletim para os estudantes; *iii)* material audiovisual e *iv)* cartaz. Nem todas as escolas públicas



receberam o Kit, e as que receberam não puderam utilizá-lo, na medida em que houve a suspensão de sua implantação por parte do próprio Governo Federal por conta de falas contrárias que partiram da bancada conservadora no Congresso. Quanto a essa suspensão, não houve um pronunciamento oficial acerca do recuo.

É diante desse panorama que o título deste trabalho faz todo sentido. Ele faz referência a um ditado popular que teve sua origem no cultivo do pepino. É que, para que essa verdura se desenvolva melhor, faz-se uma pequena poda da gema que, ao dar origem a um ramo, rouba a reserva da planta e impede o bom desenvolvimento do fruto. Retirando-se essa gema, ou seja, fazendo a desbrota desde o início, a reserva da planta irá se concentrar no ramo principal, o que resultará em frutos maiores. Vem daí o ditado popular *“De pequenino é que se torce o pepino”*, que aplica esse princípio da horticultura a situações relacionadas aos processos educativos, pressupondo uma atuação disciplinar sobre o outro, desde a mais tenra idade.

Ora, como proporcionar uma educação sexual politicamente correta aos jovens, se não se efetivam mecanismos que legitimam tal educação? Como moldar os jovens para a prática do respeito à diversidade sexual, se tal prática não é sistematizada na escola, de modo a contemplar o artigo V do Estatuto da Criança e do Adolescente, que apresenta a seguinte prescrição: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”?

ENCONTRANDO E ENTENDENDO BIANCA

Dos itens constantes do Kit, daremos ênfase aqui a um dos vídeos, “Encontrando Bianca”, de modo a explorar seu conteúdo e identificar elementos que contribuem para a não discriminação e não violência contra aqueles que têm orientação sexual diferente do padrão heteronormativo.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

“Encontrando Bianca” é um vídeo de 4 minutos que tem como narrador o protagonista do enredo, um jovem de nome José Ricardo. Este personagem identifica-se com o gênero feminino e assume-se como Bianca. Na escola, sofre rejeição, especialmente dos colegas, assim como a sofreu, em sua própria casa, de seus pais. Apesar da hostilidade no âmbito caseiro e escolar, Bianca sente-se confortável com a nova identidade e mostra-se resolvida com a “escolha” que fez.

Após essa breve sinopse, seguiremos agora para um maior aprofundamento do material. Logo no início do vídeo, é mostrada uma cédula de identidade que, a princípio, apresenta a foto de José Ricardo ainda com seus traços masculinos. Aos poucos, esses traços vão se transformando e ganhando características femininas: os olhos ficam mais evidentes, a boca mais rosada, as sobrancelhas mais desenhadas. É importante reparar que as mudanças que ocorrem na imagem da cédula de identidade estão consoantes com o processo de transformação do próprio personagem, refletindo na imagem do objeto as mudanças na aparência física do personagem, em seu caminho para encontrar/se transformar em Bianca. Outra observação a considerar é a sutileza com que a imagem vai sofrendo as alterações. O que parece um objeto estável deixa de sê-lo, na medida em que, embora a imagem do documento não se mova, alterações acontecem de modo a fazer o observador dar-se conta de que houve ali uma transformação ao mesmo tempo delicada, na fotografia, mas que não deixa de ser socialmente abrupta, na nova percepção do indivíduo.

A despeito de qual seja a especificidade da situação referente a gênero ou a identidade sexual que as pessoas vivenciam, tais construções são processos historicamente determinados. Para Eribon, por exemplo, “a ‘identidade homossexual’ é uma construção histórica, um produto da história. E, por conseguinte, pode ser modificada pela ação histórica, pelo trabalho de reinvenção individual e coletiva” (ERIBON 2008, p. 145).

A voz que aparece ao fundo do vídeo é a de Bianca, contando brevemente, num tom de voz suave, como foi sua trajetória até assumir uma identidade



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

feminina. Ela revela a origem do seu nome de registro: José Ricardo foi o nome de um grande artilheiro do futebol. “E o sonho do meu pai era que eu fosse jogador de futebol”, conta a narradora. Tal revelação endossa a perspectiva heteronormativa de um pai que sonha em ver seu filho exercendo uma profissão viril e reconhecida pelo público, já que ser artilheiro é ter uma posição de prestígio no meio futebolístico.

Bianca diz “Eu jogava bem, sabia driblar, mas era complicado que quando eu errava um lance sempre sobrava uma piadinha a mais pra mim. Não tinha jeito. Eu continuo gostando de futebol, mas hoje prefiro ficar na torcida, adoro assistir uma partida bem jogada”. A revelação “sempre sobrava uma piadinha a mais pra mim” traz à tona o que Eribon chama de injúria, apropriando-se do conceito de “performativo” de Austin:

A injúria é um enunciado performativo: ela tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os “normais” e aqueles que Goffman chama de “estigmatizados”, fazendo esse corte entrar na cabeça dos indivíduos. A injúria me diz o que sou na medida em que me faz ser o que sou. (ERIBON 2008, p. 29)

É preciso salientar que ao dizer “hoje prefiro ficar na torcida”, a narradora deixa claro que no passado (ontem, quando ainda era José Ricardo) jogar futebol fazia parte de suas preferências, mas, a partir das injúrias que lhe eram atribuídas após errar um lance, afastou-se da prática desse esporte que, hoje/agora, continua gostando, mas prefere apenas assistir da arquibancada. Segundo Eribon

A injúria é um ato de linguagem – ou uma forma repetida de atos de linguagem – pelo qual um lugar particular é atribuído no mundo àquele que dela é o destinatário. Essa atribuição determina um ponto de vista sobre o mundo, uma percepção particular. A injúria produz efeitos profundos na consciência de um indivíduo pelo que ela diz a ele: “Eu te assimilo a”, “Eu te reduzo a”. (ERIBON 2008, p. 29)



A seguir, Bianca continua apresentando situações em que a violência acontece. Ela diz: “Eu me lembro do primeiro dia em que fui à escola de unhas pintadas de vermelho. Zoaram tanto comigo que eu não fui à escola no dia seguinte: inventei pra minha mãe que eu estava com gripe.”. Em função do escárnio, Bianca se vê constrangida e até deixa, momentaneamente, de ir à escola. Esta situação é recorrente na vida de várias pessoas que sofrem discriminações, injúrias, escárnios e outras violências, até mesmo físicas, nos ambientes escolares, que se tornam, assim, iminentemente excludentes, “pois a timidez, o constrangimento, a vergonha são atitudes corporais produzidas pela hostilidade do mundo exterior.” (ERIBON 2008, p. 27).

Contudo, assim como muitos *gays* e trans-gêneros, Bianca resistiu às barreiras sociais encontradas e optou pela não clandestinidade, por afirmar-se como é, ainda que isto venha a perturbar a ordem heteronormativa de seu círculo social. Optou por viver um cotidiano hostil a esconder-se no “armário”. Por recusar-se a viver silenciada, Bianca revela o preço que pagou por afirmar sua identidade sexual: “Quem me vê hoje, pode achar que tudo foi fácil, mas não foi não! Sofri muito preconceito, e demorou muito para as pessoas começarem a me aceitar. Meu pai e minha mãe ficaram sem falar comigo quase um ano”. Bianca fez aquilo que Eribon chama de ‘tomar partido’: “Assim, o homossexual deve fazer-se homossexual para escapar à violência exercida sobre ele pela sociedade que o faz *ser* homossexual” (ERIBON 2008, p. 138).

A questão de reconhecer-se como Bianca ao invés de como José Ricardo faz com que esse sujeito mulher sinta necessidade de, por exemplo, usar o banheiro feminino na escola, então ela diz: “Eu deveria usar o banheiro feminino, mas geralmente não me deixam, por que não? Se eu me sinto mulher?”. Aqui temos o desígnio heteronormativo que considera o biológico em detrimento da identidade sexual do sujeito, de modo que o uso do banheiro feminino é vetado a Bianca. Isso porque Bianca, aos olhos dos “outros”, não é uma menina.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Outro exemplo de hostilidade é evidenciado na fala de Bianca quando ela revela que “Me tratam pelo nome que está no diário de classe, será que é tão complicado simplesmente anotar outro nome ao lado do que está na chamada? Mas alguns professores e professoras já entenderam que eu sou Bianca”. A legitimidade da identidade feminina é descartada por alguns professores que insistem em usar o nome de batismo José Ricardo. Ora, para uma sociedade heteronormativa, usar o “nome social” em vez do nome de registro valida um lugar inferiorizado para o outro. Ignorar o nome social é uma espécie de manutenção da regra normativa baseada na heterossexualidade, já que seu uso impede a reprodução dos valores dominantes.

Mais adiante, em outra fala proferida já na parte final do vídeo, Bianca expressa a atmosfera de medo que a escola lhe apresenta: “Eu gosto de estudar e sou boa aluna, fiquei só uma vez de recuperação. Mas tem dias em que vir para a escola é um castigo, tem horas que eu fico com medo de ser agredida; uma vez quase me bateram, diziam que gente como eu não deveria estar aqui. Às vezes eu acho que não vou conseguir acabar a escola”.

Cenas de agressão verbal ou física, ameaças de morte e outros tipos de violência são recorrentes, porque os ecos da homofobia, principalmente infanto-juvenil, atingem todos os âmbitos da sociedade, especialmente a esfera escolar. Desde cedo o indivíduo, em geral, é moldado pela educação heteronormativa, que deslegitima o homossexual e endossa a cultura do estigma e da condenação. “A masculinidade se constrói e se afirma publicamente *contra* a homossexualidade. O que engendra um potencial de violência sempre prestes a se liberar, sobretudo quando os homens estão em grupo (...)” (ERIBON 2008, p. 127).

CONCLUSÕES

Esta exposição traz uma pequena mostra de um compêndio (in)formativo substancial, cuja circulação nas escolas foi impedida. O Kit Escola Sem Homofobia



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

contém um material significativo que merece ser (re)avaliado, a fim de que os estudantes, em pleno processo de formação escolar, possam internalizar o respeito à diversidade sexual, de modo a tornar, gradativamente, a sociedade mais justa e igualitária.

Percebe-se, a partir da produção de materiais educativos como o Kit Escola Sem Homofobia, que há uma tentativa de esclarecimento concernente à orientação sexual e à diversidade de gênero, bem como de ênfase ao tema. Todavia, essa ação foi tolhida, visto que este material sequer foi implantado, tendo sido impedido de circular no ambiente da escola. Este impedimento resultou também no esvaziamento prévio de qualquer possibilidade de suscitar, a partir de sua implantação, discussões e avaliações mais amplas do seu conteúdo educativo.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michel W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006. Trad. Vinicius Figueira. 3 ed.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais - ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer e superar preconceitos**. Cadernos CECAD 4. Ministério da Educação, 2007.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Subsecretaria de Promoção e defesa dos Direitos Humanos. Brasília. SEDH. 2009.
- Educação UOL. **Conheça os vídeos que fazem parte o polémico kit escola sem homofobia**. <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/19/conheca-os->



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

[videos-que-fazem-parte-do-polemico-kit-escola-sem-homofobia.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm) > acesso em: 06/10/2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 06/10/2014

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. Trad. Procopio Abreu.

Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 2 edição. 4 reimp.